

SENTIDOS DA POBREZA E DO VIVER EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce.

Leila Maria Passos de Souza Bezerra¹

RESUMO

Propõe-se, neste artigo, refletir acerca das imagens e discursos sobre a pobreza urbana e seus territórios vividos presentes no imaginário brasileiro dos anos 2000. Problematiza-se os mitos discursivos instituídos sobre o “*pobre da e na periferia*” emblemáticos na associação pobreza-criminalidade-violência que parece autorizar práticas de biopoder estatal, seja via assistencialização, punição ou eliminação das *vidas nuas* dos “pobres”. Buscou-se, assim, apreender *os significados de “ser pobre” e viver em territórios periféricos estigmatizados* inscritos nas versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. Para tanto, realizou-se pesquisas bibliográfica e documental, além de trabalho de campo junto a residentes desta região.

Palavras-chave: desigualdades sociais, pobreza urbana, territórios estigmatizados.

ABSTRACT

It is proposed in this paper reflect on the images and discourses on urban poverty and its territories lived present in the Brazilian imagination of the 2000s. Problematizes the discursive established myths about the “poor and in the periphery” symbolic association in poverty-crime-violence that seems to authorize practices of biopower state, either via assistencialização, punishment or elimination of bare lives of “poor”. Sought, so learning the meanings of “being poor” and live in outlying territories branded versions of residents enrolled in the Greater Bom Jardim Fortaleza-Ce. To this end, we carried out research literature and documents, and field work among the residents of this region.

Keywords: social inequality, urban poverty, stigmatized territories.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC). leila.passos777@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é refletir criticamente sobre os sentidos de “*ser pobre*”² e “*viver em territórios estigmatizados*” nas versões dos moradores do Grande Bom Jardim³, região periférica de Fortaleza-Ce. Trata-se de uma interpretação preliminar dos dados e informações apreendidos na fase exploratória de minha pesquisa de doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), com foco nas **configurações da pobreza urbana e territórios estigmatizados no Brasil contemporâneo**. Nesta perspectiva, problematizo as imagens e discursos construídos sobre a pobreza urbana, os “*pobres*” e seus territórios vividos⁴ presentes no imaginário brasileiro dos anos 2000. E busco desnaturalizar os sentidos de “*ser pobre*” e *viver em territórios periféricos duplamente estigmatizados* (WACQUANT, 2005) – pelo entrecruzamento pobreza e violência – nas percepções e significações dos moradores da região do Grande Bom Jardim (GBJ) reconhecidos *em situação de pobreza* na perspectiva estatal.

Escolher a supracitada região como campo empírico de minha pesquisa foi motivada quando coordenei a realização do **Diagnóstico Social de Fortaleza: uma análise das expressões da questão social nos espaços urbanos**, promovida pela

² Sobre a categoria pobre, tomo por referência analítica as considerações de Simmel (1986), com base na qual pude apreender a idéia da construção social dos “pobres”, de seu lugar e de sua função na sociedade. Como categoria sociológica, salienta este autor, o *pobre* é o que recebe a assistência social ou deveria recebê-la, segundo as normas sociais. Nesta perspectiva, a pobreza não se define em si mesma como um estado quantitativo e de privações materiais, mas segundo as respostas sociais produzidas diante de determinada situação assim identificada pelas coletividades. Trata-se de problematizar e desnaturalizar um discurso pré-fabricado e classificatório sobre os agentes e que, necessariamente, não estão em consonância com as suas auto-imagens e experiências.

³ Situada na zona sudoeste de Fortaleza-Ce, a região do Grande Bom Jardim é formada pelos seguintes bairros oficiais: Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa e Siqueira. Além de região mais populosa de Fortaleza (175.144 habitantes), é também considerada uma das mais violentas e de concentração de pobreza e extrema pobreza da capital cearense. Faz parte da Secretaria Executiva Regional V, uma das seis unidades administrativas em que se encontra dividida o município de Fortaleza-Ce.

⁴ Assumo a noção de *território vivido* para enfatizar a relação entre espaço e pessoas, território e população, no sentido de apreender a própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de um lugar e o uso/ apropriação cotidiana e heterogênea que dele fazem, numa percepção da realidade complexa e indissociável entre objetos e sujeitos. As maneiras singulares de apropriação/uso do território pelos indivíduos criam distintas *territorialidades*, ou seja, encarnam a multidimensionalidade das vivências territoriais, as significações e re-significações construídas pelos sujeitos em torno de suas experiências de vida em dado território.

Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)⁵ no período de 2008 e 2009. Ao analisar os dados secundários disponibilizados por órgãos públicos e/ou privados locais, além da pesquisa jornalística, observei que sinalizavam a região do Grande Bom Jardim como emblemática de uma dupla estigmatização territorial (WACQUANT, 1999): da pobreza entrelaçada à violência, assumindo a imagem social de *lugar violento e perigoso* por registrar as marcas reais e imaginárias da violência difusa. Chamavam minha atenção não só as elevadas cifras sobre pobreza e violência no Grande Bom Jardim, mas também as imagens propaladas em jornais e programas policiais locais que associam *pobreza-periferia-violência-criminalidade* e citavam com recorrência esta região.

Assim, o Grande Bom Jardim foi se delineando para mim como caso paradigmático para meu estudo do doutorado. Tornou-se imperativo aproximar-me do campo empírico e iniciar minha pesquisa de campo de caráter exploratório, a fim de dialogar com os sujeitos desta pesquisa: aqueles socialmente nomeados de “*pobres*” e residentes na periferia de Fortaleza-Ce.

2. Problematizando a pobreza em territórios estigmatizados: sobre os *efeitos de lugar* e as versões de moradores do Grande Bom Jardim

A associação perversa entre “*camadas pobres e classes perigosas*” (ZALUAR, 2000, 2004), reforçada com a estigmatização das periferias das cidades, parece ganhar força no imaginário social no Brasil contemporâneo. É válido problematizar os referentes simbólicos delineadores desta configuração da pobreza urbana: a que vincula *pobreza-violência-criminalidade* e *diaboliza seus territórios vividos (as periferias)* nas metrópoles como lugar de cristalização de tudo o que a nossa sociedade traz de ameaças, medo e inseguranças. Refiro-me à desqualificação social do “*pobre*” encarnada na imagem do *suspeito-perigoso-violento* – potencialmente *criminalizável* e submetido a um *processo de acusação social a priori* (MISSE, 2010) –

⁵ A Secretaria Municipal de Fortaleza (SEMAS) foi criada por lei complementar no. 0039, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Município em 13/09/2007. Constitui-se em órgão oficial responsável pela gestão municipal da Política de Assistência Social operacionalizada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005).

potencializada em função do *local de moradia*, via de regra, áreas periféricas e, de forma mais contundentes, nomeados de **favelas**. Na análise de Leite:

(...) o termo 'favela' abrange diversos outros territórios marcados pela pobreza (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos etc.), **aludindo** não mais à precariedade de equipamentos urbanos e a estatutos da terra/moradia específicos, mas **sobretudo ao estigma da marginalidade, desordem e violência que o encobre, transformando os favelados no arquétipo das 'classes perigosas'**. (...) O medo, ligado aos riscos à integridade física e patrimonial (...) decorre do *novo sentido de perigo representado pela pobreza e marginalidade (doravante associada ao crime violento) que a favela tipifica no imaginário social*. (...) *Insegurança e medo marcam, assim, a percepção social sobre os moradores de favelas, levando à criminalização dos mesmos, a uma crescente segmentação social da cidade e à redefinição das políticas públicas e dos projetos sociais destinados a estas populações e a estes territórios* (2008: 117; grifo nosso).

Em verdade, os territórios vividos dos segmentos em situação de pobreza urbana – alvos principais de intervenções estatais – encontram-se marcados por uma ambigüidade constitutiva: são socialmente reconhecidos como espaços habitados por segmentos pauperizados da população, a exigir as ações sócio-assistenciais do Estado; e, ao mesmo tempo, são identificados como “lugares preches de uma violência descontrolada” (MACHADO DA SILVA, 2008), requisitando o encrudecimento das ações repressivo-punitivas estatais. Parece ser, em especial, esta imagem de *espaços de insegurança, medo e periculosidade* que ganha visibilidade pública, sobretudo, nas imagens e discursos midiáticos ao assumir tom espetacularizado e estetizado capaz de fortalecer a dupla imagem dos residentes de áreas periféricas: a do *pobre perigoso, violento e potencialmente suspeito* em relação ambígua com o *pobre vulnerável, necessitado e de vida precária*. Ambos são postos na condição de *em risco*, no sentido de tornarem-se “vítima” ou “protagonista” de violências/violência urbana e da criminalidade.

No cotidiano dos moradores de territórios estigmatizados (WACQUANT, 2005) não parece haver tal dicotomia, pois, socialmente, “*todos*” nestes territórios de pobreza – exatamente por habitarem nestes espaços e serem homogeneizados na classificação de *pobres* – são postos na condição social de *suspeitos potenciais e criminalizáveis a priori*, sobretudo, por conviverem com uma “*sociabilidade violenta*”⁶

⁶ Na análise de Machado da Silva, esta “sociabilidade violenta” caracteriza-se por transformar a força (física) de meio de obtenção de interesses em princípio de coordenação das ações. Constitui-se em um padrão de sociabilidade no qual as práticas desenvolvidas de tentativas constantes de controle das possíveis reações dos agentes. Constrói formas de interação traduzidas em técnicas de submissão capazes de eliminar as vontades e as orientações

(MACHADO DA SILVA, 2008) tecida pelos grupos ou “*facções*” criminosos(as) que atuam “*nas áreas*” periféricas vinculados(as), via de regra, ao tráfico de drogas ilícitas. De fato, compreender as configurações da pobreza urbana contemporânea exige uma discussão sobre os **efeitos de lugar** (BOURDIEU, 1997) e a noção de **território estigmatizado** (WACQUANT, 2005) que parecem reforçar a imagem de seus moradores como encarnação das *novas-velhas classes perigosas*.

Em relação ao espaço ocupado pelos *pobres na cidade*, destaco a lúcida reflexão de Bourdieu ao afirmar que “(...) *a posição de um agente no espaço social (campos) se exprime no lugar do espaço físico em que está situado*” (1997: p. 160), denotando as hierarquias e distâncias sociais características de nossas sociedades. Segundo este autor, o *espaço social* – definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem – se retraduz no espaço físico. Este espaço social inscreve-se, assim, nas *estruturas espaciais e nas estruturas mentais* que são o produto da incorporação destas estruturas. O espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce sob a forma de uma *violência simbólica* capaz de instituir imagens, discursos e práticas sociais definidoras de um *lugar social* atribuído aos agentes ou da sua posição de classe, com efeitos de poder também sobre a produção das suas auto-imagens (BOURDIEU, 1997).

No caso do **espaço físico** do Grande Bom Jardim, há produção de **efeitos de lugar** expressivos da posição de classe de seus moradores no **espaço social** em Fortaleza – figurados, em sua maioria, como *pobres, potencialmente violentos, vulneráveis e em risco* – vistos, sob imagens homogeneizadoras, como indesejáveis, a serem mantidos à distância. Encontram-se desprovidos de capital – econômico, cultural ou simbólico – necessários para romper as distâncias físicas e/ou simbólicas que os mantêm presos a *um lugar* e os impedem de ocupar outros espaços sociais e físicos de nossa metrópole. Nas palavras de Bourdieu:

(...) **o bairro estigmatizado degrada** simbolicamente **os que o habitam**, e que, em troca, **o degradam simbolicamente**, porquanto, estando **privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão**, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural (...) **produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de**

subjetivas dos demais participantes. Sustenta-se em relações hierárquicas, violentas, orientadas pelo uso da força física contra quaisquer manifestações de insubmissão. Condição que afeta as sociabilidades tecidas nestes espaços e fragiliza os processos organizativos e de reivindicação de direitos por partes destes segmentos sociais.

nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares (1997: p. 166).

Em verdade, viver nas periferias de grandes centros urbanos tem efeitos sobre a produção das auto-imagens, dos discursos, das práticas sociais de seus moradores, bem como das imagens e ações desenvolvidas pelo Estado diante dos habitantes locais. E, embora a população do Grande Bom Jardim não seja homogênea, as imagens produzidas pelos “*de fora*” sobre o lugar e seus habitantes parecem ser, conforme assinalaram duas interlocutoras de pesquisa ao serem indagadas sobre *como a sociedade fortalezense percebe os moradores do Grande Bom Jardim*:

Como pessoas todas traficantes. Pra a justiça e pra muita gente, o Bom Jardim é um lugar de viche! Perguntam: ‘Tu mora aonde?’ No Bom Jardim. Viche! (expressão de surpresa e medo quando se diz morar no BJ). Isso significa dizer que ninguém que mora aqui presta! E não é bem assim. Porque tem muita gente que presta. Ninguém tem culpa dos filhos ou de alguém da família **não prestar**. É claro que uma mãe não vai querer que o filho **seja errado**, seja isso, seja aquilo. Claro que não. (Teresa, usuária do Programa Bolsa Família).

(...) quando falamos que moramos no Bom Jardim, logo se ouve o ‘viche’! Associam logo à violência e perguntam como conseguimos morar neste lugar. (...) Mas aqui mora **gente de todo jeito. Tem o pobre, tem o preto, tem o vagabundo** (...) não vêem que **as pessoas que moram aqui também têm o seu valor!** (Marlúcia, usuária do CRAS Granja Portugal.).

A expressão cearense “viche!” parece traduzir certa surpresa, decepção, receio e, até, medo em relação à região e aos seus moradores por parte daqueles não residentes no lugar. Nesse caso, são “*os de fora*” – que se auto-percebem e são reconhecidos como uma “*boa e superior sociedade*” – em oposição aos “*de dentro*” do lugar estigmatizado – os considerados não membros da “*boa sociedade*” e representados sob as marcas de depreciação, desonra, inferiorização e destituição deste *outro* da cidade. Sinaliza parte das *imagens presentes no senso comum* sobre o espaço físico do Grande Bom Jardim, denotativo da posição social ocupada por parcela considerável de seus moradores em termos do *espaço social*, quais sejam: são reconhecidos como *pobres, residentes nas periferias de Fortaleza, projetados como lugares de cristalização da violência e da insegurança difusas e multiformes, associadas à degradação física e moral* (WACQUANT, 2005) em contigüidade territorial com as práticas criminosas que, supostamente, os torna *criminalizáveis a priori*.

Os moradores do Grande Bom Jardim (“os de dentro”) expressam em suas falas uma tentativa de fazer emergir a heterogeneidade dos habitantes do lugar e, talvez, implodir estas imagens homogeneizadoras-classificadoras do “*pobre carente, perigoso, violento, suspeito, criminalizável*” e, em todas estas versões possíveis, “o sem valor”, tão recorrente em nosso senso comum. A alusão às “*peças que moram aqui também têm o seu valor!*” ou “*...tem muita gente aqui que presta!*” parece tentar contrapor-se, mesmo, às estatísticas oficiais estatais e às imagens propaladas em noticiários policiais que representam o Grande Bom Jardim como espaço privilegiado de manifestações articuladas entre pobreza, violência urbana e criminalidade. Mesmo quando as entrevistadas moradoras do Grande Bom Jardim afirmam a condição de lugar *perigoso e violento*, tentam valorizar sua região e estabelecer as distinções e separações entre os lugares dos “mafiosos” ou “da boca quente” – expressões locais – e os demais espaços da região.

Há contradições nos depoimentos dos moradores quando indagados sobre **como é morar no Grande Bom Jardim**, pois ora afirmam não gostar do bairro e considerá-lo **violento e perigoso**, em consonância com as imagens dos “de fora”; ora tentam valorizá-lo e atribuem às **peças do lugar** a responsabilidades pela imagem de *lugar perigoso*. Foi recorrente nos relatos das entrevistadas tentarem realizar certa *limpeza moral* (MACHADO DA SILVA, 2008) para distinguir-se socialmente daqueles envolvidos em práticas criminosas. Estes são denominados, na linguagem dos entrevistados, de “*mafiosos, vagabundos, as gangues, as facções, os do mundo do crime, certa gente errada, as peças errada*”. As interlocutoras chegam a criticar quem “se mistura” com estes *outros* de seus territórios. Apesar disto, admitem o envolvimento de seus filhos, de outros familiares, de vizinhos, amigos e conhecidos “desde que nasceram, que se criaram junto” e, hoje, realizam práticas criminosas.

Por conviverem em *contigüidade territorial com as sociabilidades violentas* (MACHADO DA SILVA, 2008), os moradores buscam desenvolver práticas sociofóbicas de distinção e evitação social (WACQUANT, 2005) para não serem identificados como “do mundo do crime” e para tentarem, sem sucesso, resguardarem-se da violência difusa e indiscriminada (dos criminosos e da polícia). Mas, ao mesmo tempo, estes “do mundo do crime” são partes constitutivas da teia de sociabilidade próxima daqueles que negam compartilhar de práticas criminosas. As linhas divisórias entre o *mundo do crime* e o mundo de quem afirma não aderir às práticas criminosas são muito tênues, quando não, inexistentes.

Talvez haja, conforme anunciou Rifiotis (2010), uma *comensurabilidade entre estes mundos* aparentemente tão distintos, segundo os moradores expressam em suas categorias nativas: “os de lá de baixo” versus “os de cá da nossa rua”, os moradores não criminosos versus os policiais e os criminosos. Há depoimentos nos quais as entrevistadas criticam o arbítrio e violência indiscriminada das polícias e de outras facções – “os de lá que vem aqui matar trabalhador, dona de casa, gente que num tinha nada a ver ... gente que morre de graça” (Teresa). No entanto, consideram toleráveis seja a ação ostensiva, da prática de *abordagem e revista*, ou mesmo o uso da violência física por parte das polícias, desde que distingam moradores “**cidadãos**” dos ditos “**vagabundos**”. Ora os policiais são vistos como os “*sem respeito*”, ameaçadores, violentos, corruptos, aqueles que os “*deixam ali jogados para morrer, para se matarem ou serem mortos*” em meio às disputas entre grupos criminosos locais; ora são “aliados dos de cá” quando estes vão invadir outros territórios rivais para matar alguém que, na expressão deles, “*não presta*”, conforme afirmou uma das entrevistadas. Aliados porque se omitem de suas atribuições de coibir a violência (manter a ordem) e, simplesmente, “*saem de cena*” e retiram os seus da área a ser *invadida*.

Em relação às práticas violentas dos grupos criminosos, os (as) entrevistados (as) condenam as ações violentas indiscriminadas capazes de matar “*gente inocente*”. Contudo, mostram-se tolerantes com as práticas violentas e criminosas dos “de cá”, chegando a valorizar que estes grupos se armem pra “*fazer justiça com as próprias mãos*”, para defender-se e defender os moradores. Admitem tais ações quando fazem referência à condição de “*acuadas*” na qual afirmam encontrar-se. Não conseguem identificar instâncias/instituições às quais possam recorrer ou apelar diante do desrespeito e/ou negação de seus direitos sociais ou civis, já que não confiam nas instituições estatais, sobretudo, na versão da polícia comunitária. Tais situações parecem reforçar esta suposta tolerância destes moradores a certas práticas violenta e criminosas, talvez por sentirem-se abandonadas – metaforicamente, *jogadas ao bando* – pelo Estado.

Mesmo os limites geográficos entre territórios dominados por grupos, gangues ou facções rivais (usados como sinônimos pelas entrevistadas) não são por estes respeitados, nem parecem claros para os seus moradores. Um *território rival* pode situar-se a três quarteirões depois de suas casas ou ruas onde habitam seus familiares e/ou amigos. Isto pode implicar em maior esgarçamento dos vínculos familiares e sociais porque, atravessar para “o lado de lá” para rever os *próximos*,

pode implicar em ser identificado como partícipe do grupo rival e até *perder a vida*. Desta forma, também a prática comum nas periferias de conversar nas calçadas, sobretudo à noite, tornou-se cada vez mais rara, segundo relatos de moradores. Não deixou de existir, mas é realizada *sob vigilância* constante e riscos iminentes – identificados como ameaças imprevisíveis e, por vezes, inevitáveis – de iniciar-se um tiroteio a qualquer hora, de ser abordado pela polícia na porta de casa, de levar uma bala perdida. Os *riscos* para estas pessoas não são previsíveis ou evitáveis (GIDDENS, 1991). **Viver em risco** parece tornar-se a condição definidora das existências dos moradores deste território na região do Grande Bom Jardim.

A imagem da região do Bom Jardim como violenta e perigosa – emblemático do território estigmatizado analisado por Wacquant (2005) – ultrapassa o espaço geográfico e adere em seus moradores como insígnias de *desqualificação social* (SANTOS, 2008) ou encarnam o “*desvalor do pobre*” (SOUZA, 2006) na vida cotidiana. Estas duas condições – ser pobre e morar em território estigmatizados – parecem se reforçar mutuamente. E demarcam o ponto de cristalização da lógica perversa de associação direta entre “*camadas pobres e classes perigosas*” (ZALUAR, 2000) ora re-significada na imbricação entre **pobreza-criminalidade-violência urbana** que ganha força real e simbólica na sociedade brasileira (e fortalezense) do século XXI.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, as experiências e saberes dos moradores do Grande Bom Jardim aparecem destituídas de valor social em certas imagens reproduzidas no senso comum e, em especial, nos discursos midiáticos. Ganham visibilidade pública as imagens homogeneizadoras da *desposseção*, da *excomunhão* e da insegurança civil reforçadas também pelas estatísticas de homicídios, roubos e furtos crescentes na região. Afloram nas falas de seus moradores os sentimentos de medo, de insegurança, do *viver em risco* diante das cenas reais da violência difusa e multiforme confundidas com as próprias existências de “*todos*” os moradores do Grande Bom Jardim e das quais emergem, simultaneamente, como *vítimas e protagonistas*. Para Teresa, viver nesta região na última década consiste em: “... *viver em tensão. É a vida em constante tensão! É tragédia! (...) É viver acuado!. Acuado é viver sem liberdade, com*

medo. *Aqui a gente vive com medo*” (moradora da região e usuária do Programa Bolsa Família).

A expressão nativa “*viver acuado*” parece expressar as sensações de quem se considera *abandonada e sem saídas* diante da violência difusa e indiscriminada advinda do Estado penal/ da polícia e dos grupos rivais envolvidos em práticas criminosas, com destaque ao tráfico de drogas ilícitas em disputa nos territórios. Tais imagens e sentimentos constroem-se e se retro-alimentam numa relação direta com as inseguranças social e civil cotidianamente vivenciada pelos moradores do Grande Bom Jardim. Traduzem uma negação de seus direitos emblemática da vulnerabilidade socioeconômica e civil, para usar a noção proposta por Kowarick (2009).

Conforme demarcado nos relatos, os liames sociais entre os moradores parecem fragilizados, atravessados por uma desconfiança generalizada e pelo medo difuso. Nesta perspectiva, afirmou uma das entrevistadas, qualquer um pode ser a próxima vítima a ser exterminada, na mesma proporção que qualquer um – inclusive aqueles jovens no “mundo do crime”, conhecidos desde criança, que falam com seus filhos e dizem “*com você é limpeza*” – podem tentar lhe matar ou aos seus familiares. E nem precisa estar envolvido com as disputas por territórios de drogas, as redes de relações próximas estabelecidas no lugar podem transformar-se em motivo para ser exterminado ou tornar-se suspeito e criminalizável.

Na análise de Wacquant (2005), o **estigma territorial** imposto aos “*novos párias urbanos*” das sociedades contemporâneas **produz efeitos sociais em seus moradores**. Nessa linha interpretativa, destaco alguns **efeitos de lugar** identificados na pesquisa: o sentimento de indignidade pessoal – expressivo, talvez da incorporação de um *desvalor ou desqualificação social* dos “*pobres da e nas periferias*” presentes em suas auto-imagens deterioradas em relação aos “*de fora*”; as representações de degradação construídas sobre seus espaços de moradia atribuídas pelos “*de fora*” são, não raramente, incorporadas e reproduzidas pelos “*de dentro*”; além da adoção de estratégias de evitação, distanciamentos mútuos e diferenciação social interna potencializadores do esgarçamento dos liames e relações de confiança familiares e sociais.

Nesse momento, cabe salientar que os **efeitos de lugar** para os agentes no Grande Bom Jardim são diferenciados e parecem relacionar-se com o dimensionamento territorial das desigualdades e discriminações – ou da **desposseção e desqualificação** reunida em espaços físicos fragmentados de uma

mesma região – que se apresentam sob a forma de *enclaves de miséria, de violências, das disputas do tráfico, da criminalidade*. Existem, sim, diferenciações internas no Grande Bom Jardim, expressos na definição de lugares considerados pelos próprios moradores como *mais pobres, mais perigosos* e, até, *proibidos*, mesmo para a polícia e outras instituições estatais.

Ao conversar com moradores de áreas ditas *mais pobres* da região foi possível perceber as tentativas de diferenciação social interna ao referirem-se a outras áreas ditas de *maior risco de sofrer violências múltiplas* dentro de um mesmo território estigmatizado. Tais áreas foram nomeadas de *favelas, áreas de risco* ou, nos pontos ditos menos acessíveis, identificados por *quintais de droga*, lugares nos quais há livre comércio de drogas ilícitas de distintos preços e com a presença constante de jovens fortemente armados. Explicita a *degradação e despossessão* que transcende a *pobreza-precisão* e revela-se na perversa associação *pobreza-violência-criminalidade* urbanas expressiva, também, da fragilização do Estado brasileiro em garantir direitos sócio-econômicos e civis aos segmentos considerados em situação de pobreza.

Ao mesmo tempo, os espaços das periferias, sobretudo as **favelas**, são os lugares por excelência de atuação do **estado de exceção** (AGAMBEN, 2004) tornado norma no biopoder e na biopolítica contemporâneos voltados, sobretudo, à gestão-administração territorial das vidas nuas (desqualificadas) dos *pobres*. Nestes espaços, mesmo quando os indivíduos encontram-se *incluídos* formalmente no âmbito jurídico-político da cidadania, estão, de fato, excluídos, involuntária (por motivos sócio-econômicos) ou voluntariamente, afirma Agamben (2004). As periferias podem converter-se em um lugar onde *“tudo torna-se possível”*, até mesmo escolher quais vidas *“merecem viver”* e quais *“merecem ser deixadas para morrer”*, explicitando a ambígua relação entre biopolítica e tanatopolítica na contemporaneidade. Esta tem sido uma condição identificada, muitas vezes, nas situações cotidianas destes residentes de bairros periféricos em Fortaleza, dentre os quais a região do Grande Bom Jardim parece-me um caso paradigmático.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. . Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997.

_____. A economia das trocas simbólicas. 3ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

MACHADO DA SILVA, L. A. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, B. de S. . A crítica da razão indolente; contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Para um novo senso comum, v. 1).

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Para um novo senso comum, v. 4).

SIMMEL, G. Sociologia, 2. Estudos sobre las formas de socialización. Madri: Alianza Universidade, 1996.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Punir os pobres: a nova gestão da pobreza nos Estados Unidos [A onda punitiva]. 3. ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZALUAR, A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.